



**RELATÓRIO
ANUAL**
EXERCÍCIO 2011

DUKE ENERGY INT, GERAÇÃO PARANAPANEMA S.A
1ª Emissão de Debêntures Simples

ÍNDICE

CARACTERIZAÇÃO DA EMISSORA	3
CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	3
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	6
ASSEMBLÉIAS DE DEBENTURISTAS	6
POSIÇÃO DAS DEBÊNTURES	7
EVENTOS REALIZADOS – 2011.....	8
AGENDA DE EVENTOS – 2012.....	8
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA	8
ORGANOGRAMA	9
PARTICIPAÇÃO NO MERCADO.....	9
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	10
ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS	10
INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	10
PRINCIPAIS ASPECTOS.....	12
PRINCIPAIS RUBRICAS.....	13
ANÁLISE DE DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS	14
GARANTIA	16
PARECER.....	16
DECLARAÇÃO.....	17

CARACTERIZAÇÃO DA EMISSORA

Denominação Comercial:	DUKE ENERGY INT, GERAÇÃO PARANAPANEMA S.A.
Endereço da Sede:	Av. Das Nações Unidas, 12.901 – 30º Andar CEP: 04578-910 – São Paulo– SP
Telefone Fax:	(11) 5501-3548/ (11) 5501-3573
D.R.I:	Ângela Aparecida Seixas
CNPJ:	02.998.301/0001-81
Auditor:	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUD IND
Atividade:	Energia Elétrica
Categoria de Registro:	Categoria A

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

Registro CVM nº:

1ª Série CVM/SRE/DEB/2008/027, em 17 de outubro de 2008;

2ª Série CVM/SRE/DEB/2008/028, em 17 de outubro de 2008;

Situação da Emissora:

Adimplente com as obrigações pecuniárias;

Código do Ativo:

CETIP: 1ª Série – GEPA11 e 2ª Série – GEPA21;

Banco Mandatário:

Banco Citibank S.A.

Coordenador Líder:

Banco Citibank S.A.;

Data de Emissão:

Para todos os efeitos legais a data de emissão das debêntures de ambas as séries é o dia 15 de setembro de 2008;

Data de Vencimento:

A data de vencimento das debêntures da 1ª série será em 15 de setembro de 2013, e a data de vencimento das debêntures da 2ª série em 15 de setembro de 2015, em ambas as datas o valor que será pago, corresponderá

ao valor nominal unitário das debêntures ainda não amortizado, juntamente com o valor do rendimento eventualmente devido, em moeda corrente;

Quantidade de Debêntures:

Foram emitidas 34.089 (trinta e quatro mil e oitenta e nove) debêntures, em duas séries, sendo 24.976 (vinte e quatro mil novecentas e setenta e seis) debêntures na 1ª Série e 9.113 (nove mil cento e treze) debêntures na 2ª Série;

Número de Séries:

A emissão foi realizada em 02 (duas) séries;

Volume Total da Emissão:

O valor total da Emissão é de R\$ 340.890.000,00 (trezentos e quarenta milhões e oitocentos e noventa mil reais), na data de emissão;

Valor Nominal Unitário:

O valor nominal unitário das debêntures é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão;

Forma:

As debêntures são da forma escritural nominativa, sem a emissão de cautelas ou certificados;

Espécie:

As debêntures são da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, não conferindo, portanto, qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, nem especificando bens para garantir eventual execução;

Conversibilidade:

As debêntures não são conversíveis em ações;

Permuta:

Não se aplica a presente emissão;

Poder Liberatório:

Não se aplica a presente emissão;

Opção:

Não se aplica a presente emissão;

Negociação:

As debêntures possuem registro para negociação no mercado secundário por meio (i) da Bovespa Fix e Soma Fix, sendo os negócios liquidados na CBLC; e (ii) do Sistema Nacional de debêntures ("SND"), atualmente administrado e operacionalizado pela CETIP;

Atualização do Valor Nominal da 1ª Série:

O valor nominal das Debêntures da 1ª Série não será atualizado;

Pagamento da Atualização da 1ª Série:

Não se aplica a presente emissão;

Remuneração da 1ª Série:

As debêntures rendem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de um spread ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois dias) úteis, definido de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, de 2,15%, e, em conjunto com a Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da 1ª Série, calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura;

Pagamento da Remuneração - 1ª série:

A remuneração será paga semestralmente a partir da data de emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de março de 2009 e o último na data de vencimento da 1ª Série;

Atualização do Valor Nominal da 2ª Série:

O valor nominal das Debêntures da 2ª Série será atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA), desde a data de emissão até a data de seu efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis* por dia úteis;

Pagamento da Atualização da 2ª Série:

A Atualização Monetária será paga nas mesmas datas da amortização do Valor Nominal das Debêntures da 2ª Série, ocorrendo o 1º pagamento em 15 de setembro de 2013 e o último na data de vencimento da Segunda Série;

Remuneração da 2ª Série:

Sobre o saldo do valor nominal das debêntures da 2ª Série atualizado incidirão juros remuneratórios correspondentes a 11,60% ao ano, conforme definido em Procedimento de *Bookbuilding*, a ser calculado com a fórmula prevista na Escritura;

Pagamento da Remuneração - 2ª série:

A remuneração da 2ª Série será paga anualmente a partir da data de emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de setembro de 2009, e o último na data de vencimento da 2ª Série;

Amortização - 1ª série:

O pagamento do valor nominal da 1ª Série será pago em 4 (quatro) parcelas anuais e sucessivas, cada parcela no valor de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de setembro de 2010 e o último na data de vencimento da primeira série.

Amortização - 2ª série:

O pagamento do valor nominal da 2ª Série será pago em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas, sendo as duas primeiras parcelas no valor de R\$3.333,33 (três mil, trezentos e trinta e três reais e três centavos), ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de setembro de 2013.

Fundo de Amortização:

Não se aplica a presente emissão;

Prêmio:

Não se aplica a presente emissão;

Repactuação:

Não se aplica a presente emissão;

Aquisição Facultativa:

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário acrescido do Rendimento calculado “*pro rata temporis*”;

Resgate Antecipado:

A Emissora poderá a partir (i) do 36º mês após a data de emissão das debêntures da 1ª Série, e do (ii) 60º mês após a data de emissão das debêntures da Segunda Série, promover o resgate total antecipado de todas as debêntures em circulação. Haverá pagamento de resgate de prêmio correspondente a fórmula prevista na Escritura de Emissão. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das debêntures, com o consequente cancelamento de tais debêntures;

DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão, foi integralmente utilizado para pré-pagar parcialmente o saldo devedor do contrato de empréstimo celebrado com a Eletrobrás em 19 de julho de 1999, com vencimento previsto para 15 de maio de 2013, garantido pela receita de suprimento de energia elétrica da Companhia.

Data	Evento	Valor (M)
25/9/2008	Bookbuilding	R\$ 340.890,00
21/10/2008	Liquidação Financeira	R\$ 342.023,00
22/10/2008	Liquidação Financeira	R\$ 4.060,00
	Total	R\$ 346.083,00

Data	Evento	Valor (M)
22/10/2008	Pré pagamento Eletrobrás	R\$ 346.100,00

ASSEMBLÉIAS DE DEBENTURISTAS

Durante o exercício de 2011 não houve Assembléia de Debenturistas.

Realizada Assembleia de Debenturistas em 19 de abril de 2012, que tinha por ordem do dia deliberar acerca da proposta da Administração da Companhia sobre a redução do capital social da Emissora, objeto do Despacho nº 107 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (“SFF”) da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), de 13 de janeiro de 2012, atualmente considerado excessivo, de R\$1.639.137.503,80 (um bilhão, seiscentos e trinta e nove milhões, cento e trinta e sete mil, quinhentos e três reais e oitenta centavos)

para R\$1.339.137.503,80 (um bilhão, trezentos e trinta e nove milhões, cento e trinta e sete mil, quinhentos e três reais e oitenta centavos), com uma redução efetiva no valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), em moeda corrente nacional, sem o cancelamento de quaisquer ações ordinárias ou preferenciais representativas do capital social da Companhia, mantendo-se, ademais, inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia (“Redução de Capital”), tendo em vista o disposto na Cláusula 6.22, item XII, da Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão da

Companhia (“Escritura de Emissão da 1ª Emissão”) e o disposto no § 3º do Art. 174, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), com a conseqüente alteração do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia. Os Debenturistas da 1ª e 2ª Séries, representando, respectivamente, 85,73% da 1ª Série e 83,32% da 2ª Série das debêntures em circulação de cada série, tendo voto contrário dos Debenturistas (i) FRG Plano BD DI Multimercado; (ii) FRG Plano CD DI Multimercado, representando 6,23% das debêntures da 1ª Série, deliberaram apresentar à Companhia proposta de aprovação da Redução de Capital, conforme descrito na Ordem do Dia, condicionada a presente aprovação ao recebimento, pelos Debenturistas, de um prêmio de 0,13% sobre o saldo devedor unitário atualizado na data do pagamento, a ser efetuado no dia 15 de maio de 2012, na forma prevista na Escritura de

Emissão da 1ª Emissão para o pagamento dos valores devidos aos Debenturistas (“Prêmio”). Caso a proposta de pagamento de Prêmio pela Companhia ora apresentada pelos Debenturistas seja aprovada pelos competentes órgãos sociais da Companhia, fica a Companhia, desde já, expressamente autorizada pelos Debenturistas a tomar todas as providências necessárias, inclusive convocar Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas para este fim e a firmar os documentos necessários à implementação da proposta de Redução de Capital ora apresentada pela Companhia. Caso os competentes órgãos sociais da Companhia não aprovem a proposta de pagamento de Prêmio aos Debenturistas, a proposta de Redução de Capital será considerada rejeitada pelos Debenturistas.

POSIÇÃO DAS DEBÊNTURES

1ª Série

Data	Valor Nominal	Juros	Preço Unitário
31/12/2011	R\$ 5.000,000000	R\$ 193,218695	R\$ 5.193,218695
31/12/2010	R\$ 7.500,000000	R\$ 274,349602	R\$ 7.774,349602

Data	Debêntures em circulação	Debêntures em Tesouraria	Total em Circulação
31/12/2011	24.976	0	R\$ 129.705.830,13
31/12/2010	24.976	0	R\$ 194.172.155,66

2ª Série

Data	Valor Nominal	Juros	Preço Unitário
31/12/2011	R\$ 11.909,516000	R\$ 384,721322	R\$ 12.294,237322
31/12/2010	R\$ 11.176,036400	R\$ 366,052930	R\$ 11.542,089330

Data	Debêntures em Circulação	Debêntures em Tesouraria	Total em Circulação
31/12/2011	9.113	0	R\$ 112.037.384,72
31/12/2010	9.113	0	R\$ 105.183.060,06

De acordo com Anúncio de Encerramento de Distribuição Pública, veiculado em 24 de outubro de 2008, foram colocadas em circulação a totalidade das debêntures da 1ª e 2ª Séries.

EVENTOS REALIZADOS – 2011

1ª Série

Data	Evento	Valor Unitário
15/3/2011	Remuneração	R\$ 471,49
15/9/2011	Remuneração	R\$ 531,15
15/9/2011	Amortização	R\$ 2.500,00

2ª Série

Data	Evento	Valor Unitário
15/9/2011	Remuneração	R\$ 1.357,51

AGENDA DE EVENTOS – 2012

1ª série

Data	Evento
15/3/2012	Remuneração 1ª Série (*)
15/9/2012	Remuneração e Amortização

(*) Esse evento já foi devidamente liquidado.

2ª série

Data	Evento
17/9/2012	Remuneração

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A Emissora no exercício de 2011, atendeu regularmente e dentro dos prazos previstos, a todas as obrigações pactuadas na Escritura de Emissão.

De acordo com a Escritura de emissão a Companhia deve observar os limites dos índices financeiros de: (i) "Dívida Líquida / EBITDA", que não poderá ser superior a 3,20 (três inteiros e vinte centésimos); e de: (ii) "EBITDA / Resultado Financeiro", que não poderá ser inferior a 2,0 (dois inteiros), a serem apurados ao final de cada trimestre fiscal a partir da Data de Emissão. Para esses fins, serão considerados os demonstrativos financeiros consolidados da Companhia, onde:

- "Dívida Líquida", significa o endividamento oneroso total da Companhia menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras, incluindo as contas de reservas;
- "EBITDA" (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization), significa o lucro da Companhia antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses;
- "Resultado Financeiro", significa a diferença entre Receitas Financeiras e Despesas Financeiras da Companhia ao longo dos últimos 12 (doze) meses, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo, será considerado "1" (um); e
- "Patrimônio Líquido", significa a soma das contas de capital social, reserva de lucros, reserva de capital, reserva de reavaliação, subtraído do valor das ações em Tesouraria.

RELATÓRIO ANUAL 2011

Segue abaixo quadro demonstrativo:

	1º Trim.11	2º Trim.11	3º Trim.11	4º Trim.11
(1) Endividamento Líquido	626.864	649.654	557.943	600.879
(2) EBITDA	636.430	655.119	665.296	696.579
(3) Resultado Financeiro Líq.	104.511	(100.346)	(102.105)	(92.568)
(i) (1) / (2) <= 3,2	0,98	0,99	0,84	0,86
(ii) (2) / (3) > ou = 2,0	6,09	6,53	6,52	7,53

ORGANOGRAMA

Acionistas	AÇÕES				TOTAL	
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		QTDE	%
	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%
Duke Energy Internacional, Brasil Ltda	31.180.720	99,06	57.849.548	91,89	89.030.268	94,28
Duke Energy Internacional, Brazil Holdings	0	0,00	735.023	1,17	735.023	0,78
Companhia do Metropolitan de S.Paulo	0	0,00	1.323.627	2,10	1.323.627	1,40
Outros	297.041	0,94	3.047.324	4,84	3.344.365	3,54
Total	31.477.761	100	62.955.522	100	94.433.283	100

PARTICIPAÇÃO NO MERCADO

A Duke Energy Internacional, Geração Paranapanema S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto que atua na geração e comercialização de energia elétrica no mercado brasileiro. Subsidiária e principal investimento internacional da Duke Energy Corp – uma das maiores companhias energéticas dos Estados Unidos –, administra oito usinas hidrelétricas instaladas no Rio Paranapanema: Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu, Rosana, Canoas I e Canoas II – as duas últimas operadas em sistema de consórcio com a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA). Mantém sede administrativa na capital paulista e emprega 294 colaboradores.

A capacidade instalada da Companhia é de 2.241 MW, o que a posiciona entre as maiores geradoras privadas do Brasil, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Em 2011, produziu 12.012,25 GWh e contabilizou receita operacional bruta de R\$ 1.063.556 mil e lucro líquido de R\$ 281.261 mil, o que representa crescimentos de 10,2% e 55,8%, respectivamente, na comparação com 2010. O Ebitda registrado no período foi de R\$ 696.579 mil e a margem Ebitda, de 72,7%.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

MOODY'S INVESTORS SERVICE

Classe	Rating Atual	Rating Anterior	Última Alteração
Debêntures 1ª Emissão	Aa1.br	Aa2.br	08/12/2011

STANDARD & POOR'S

Classe	Rating Atual	Rating Anterior	Última Alteração
Debêntures 1ª Emissão	brAAA	brAA	19/12/2011

ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Durante o exercício de 2011 não houve alterações estatutárias.

INFORMAÇÕES RELEVANTES

Em 14 de janeiro de 2011 Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A., na forma e para os fins da Instrução CVM nº 358/02, vem tornar público, a seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento aos Fatos Relevantes publicados nos dias 18/05/2010 e 12/11/2010, que se encerrou no dia de hoje (14/01/2011) o prazo de 60 (sessenta) dias previsto no art. 174 da Lei das S.A. para oposição de credores em relação à redução do capital social da Companhia objeto da Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas de 11/11/2010 ("AGE"). Visto que não houve qualquer manifestação de credores contrários à referida redução do capital social, a Companhia informa que a ata da AGE foi arquivada e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), sob o nº 17.829/11-2, em sessão do dia 10/01/2011, cuja cópia encontra-se arquivada no sistema IPE mantido pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA S.A.") (www.bmfbovespa.com.br). A Companhia esclarece ainda que terão direito ao recebimento da restituição de capital todos os detentores de ações ordinárias ou preferenciais da Companhia na data-base de 14/01/2011, inclusive,

sendo que as ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas *ex-direito redução de capital* em 17/01/2011.

O pagamento da restituição de capital será efetuado a tais acionistas, no valor de R\$3,812215233 por ação ordinária ou preferencial, em moeda corrente nacional, em 24/01/2011.

Em 1º de setembro de 2011 a Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A., na forma e para os fins da Instrução CVM nº 358/02, vem tornar público, a seus acionistas e ao mercado em geral, que recebeu citação processual, no dia 31 de agosto (quarta-feira), sobre a Ação de Obrigação de Fazer contra a Companhia, em trâmite perante a 12ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central, ajuizada pela Fazenda do Estado de São Paulo ("Ação Ordinária"), com o objetivo de compelir a Duke Energy a cumprir a obrigação de expansão da sua capacidade instalada de geração no Estado de São Paulo, em no mínimo 15%, prevista no Contrato de Compra e Venda de Ações da Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema, assinado em 05 de agosto de 1999, firmado em decorrência do processo de privatização da Companhia ("Obrigação de Expansão").

A Duke Energy informa ainda que a juíza responsável pela Ação Ordinária em questão deferiu o pedido de tutela antecipada, requerido pela Fazenda do Estado de São Paulo, determinando que a Companhia apresente, no prazo de 60 (sessenta) dias, plano de expansão para cumprimento da Obrigação de Expansão.

Nesse sentido, a Duke Energy esclarece que apresentará, dentro do prazo legal, contestação à Ação Ordinária, bem como tomará as demais medidas que entender cabíveis relacionadas ao caso. Por fim, a Duke Energy salienta que a questão da Obrigação de Expansão foi divulgada ao mercado em geral em seu Relatório Anual da Administração, parte integrante das Demonstrações Financeiras de 2010 da Companhia, e que manterá o mercado e seus investidores informados a respeito de qualquer informação sobre o andamento de citada Ação Ordinária que tenha o potencial de afetar as cotações ou decisões de investimento na Companhia.

Em 22 de novembro de 2011a Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A., na forma e para os fins da Instrução CVM nº 358/02, vem tornar público a seus acionistas e ao mercado em geral que, por meio da 189ª Reunião de Diretoria, realizada em 17.11.2011, cuja ata se encontra em fase de arquivamento perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), a Diretoria da Companhia aprovou (i) proposta de captação de recursos pela Companhia, após a contratação de Banco Coordenador para estruturação da referida operação, na forma de dívida, por meio da 3ª emissão pública de debêntures simples, não-conversíveis em ações, em série única, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária ("Debêntures"), no mercado local, as quais serão distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), destinadas exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM 476 ("3ª Emissão de Debêntures"). Os recursos advindos da emissão das Debêntures serão utilizados para refinanciamento da segunda e da terceira amortização da Série 1 da 1ª emissão de Debêntures da Companhia, emitidas em 15 de setembro de 2008; e (ii) a submissão à

aprovação prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), órgão regulador da Companhia, conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 149, de 28.02.2005, da proposta de redução do capital social da Companhia, considerado atualmente excessivo para a realização do seu objeto social, de R\$1.639.137.503,80 (um bilhão, seiscentos e trinta nove milhões, cento e trinta e sete mil, quinhentos e três reais e oitenta centavos), para até R\$1.339.137.503,80 (um bilhão, trezentos e trinta nove milhões, cento e trinta e sete mil, quinhentos e três reais e oitenta centavos), com uma redução efetiva no valor de até R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), sem o cancelamento de quaisquer ações ordinárias ou preferenciais representativas do capital social da Companhia, mantendo-se, ademais, inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia.

Em relação à aprovação do item (i) acima, a referida captação de recursos ainda será objeto de deliberação pelo Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal da Companhia, nos termos do artigo 163, III, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 ("Lei nº 6.404/76").

A Companhia esclarece que a proposta aprovada pela Diretoria descrita no item (ii) acima, após a aprovação prévia pela ANEEL, será novamente objeto de deliberação pela Diretoria para que seja definido o real valor de redução do capital social, considerando ainda a estruturação da captação de recursos pela Companhia, para, posteriormente, ser submetida à apreciação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, bem como à aprovação dos titulares de debêntures em circulação emitidas pela Companhia por meio de Assembléia Geral de Debenturistas ("AGD"), nos termos dos artigos 163, III, 173, § 1º, e 174, § 3º, da Lei nº 6.404/76.

Após a obtenção de todas as aprovações regulatórias e societárias mencionadas acima, essas duas propostas serão submetidas à deliberação dos acionistas em Assembléia Geral Extraordinária a ser oportunamente convocada, para exame, discussão e subsequente deliberação de cada matéria.

PRINCIPAIS ASPECTOS

A Companhia opera suas usinas hidrelétricas a partir de dois contratos de concessão: o contrato nº 76/1999, que regula os termos de funcionamento de Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana por período de 30 anos, a ser encerrado em 2029; e o contrato nº 183/1998, por meio do qual opera Canoas I e Canoas II em consórcio com a CBA, com prazo de 35 anos, a se encerrar em 2033. Nesse sistema compartilhado com a CBA, cabe à Companhia 49,7% da energia gerada.

A capacidade total das usinas, cujos reservatórios armazenam cerca de 6% de água das Regiões Sudeste e Centro-Oeste do País, foi alterada de 2.307 MW para 2.241 MW após celebração, em 5 de agosto de 2011, do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Uso de Bem Público Nº 76/1999 – Aneel-Paranapanema. O documento regularizou a capacidade instalada das Usinas Hidrelétricas Capivara, Jurumirim, Taquaruçu, Rosana e Salto Grande, porém não alterou o valor da energia assegurada/garantia física, que é de 1.087 MW médios.

Em 2011, a Duke Energy gerou 12.012,25 GWh, volume 10,8% abaixo do registrado no exercício anterior, mas 26,2% acima da energia assegurada/garantia física para o ano, fixada em 9.522,12 GWh. Esse volume corresponde a 2,4% da energia elétrica produzida no País no período. O

decréscimo na produção de energia ocorreu apesar de sequências hidrológicas favoráveis registradas ao longo do ano, resultantes da maior precipitação pluviométrica na Bacia do Rio Paranapanema. Isso porque as vazões afluentes foram utilizadas para recuperar o nível de armazenamento de água nos reservatórios entre os meses de janeiro a maio de 2011 e não para gerar mais energia. Assim, a geração nas UHEs Jurumirim, Chavantes, Taquaruçu e Rosana foi menor em 2011 do que no ano anterior, conforme gráfico e tabela abaixo.

Os reservatórios encerraram 2011 com 69,9% de água armazenada, volume considerado satisfatório e superior à média histórica da Companhia, de 65,1%.

Outro destaque do ano foi o desempenho operacional dos ativos, com disponibilidade de 95,4% e baixa taxa de falhas nas unidades geradoras. Esse resultado decorre de experiência acumulada, capacidade técnica, comprometimento dos colaboradores, política consistente de dispêndio de capital – que inclui melhorias nos sistemas operacionais – e eficiente manutenção dos equipamentos. Embora o desempenho geral das usinas tenha se mantido em níveis favoráveis, a Companhia desenvolve vários projetos que visam à melhoria de sua capacidade produtiva, com foco na confiabilidade e disponibilidade de suas instalações.

RELATÓRIO ANUAL 2011

PRINCIPAIS RUBRICAS

BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - R\$ MIL

ATIVO	2009	AV%	2010	AV%	2011	AV%
ATIVO CIRCULANTE	481.470	9,7%	604.631	12,4%	351.093	8,0%
Caixa e equivalentes de caixa	377.223	7,6%	495.772	10,2%	210.371	4,8%
Contas a receber	93.252	1,9%	96.430	2,0%	111.710	2,5%
Tributos a recuperar	7.335	0,1%	7.797	0,2%	22.223	0,5%
Despesas antecipadas	354	0,0%	346	0,0%	343	0,0%
Outros ativos circulantes	3.306	0,1%	4.286	0,1%	6.446	0,1%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.495.752	90,3%	4.270.893	87,6%	4.059.375	92,0%
Contas a receber	-	-	-	-	-	-
Despesas antecipadas	4.908	0,1%	4.646	0,1%	4.426	0,1%
Depósitos judiciais	1.584	0,0%	4.898	0,1%	10.897	0,2%
Fundos vinculados	330	0,0%	373	0,0%	420	0,0%
Tributos a recuperar	248	0,0%	436	0,0%	398	0,0%
Investimentos	26	0,0%	26	0,0%	26	0,0%
Imobilizado	4.444.251	89,3%	4.219.836	86,6%	4.005.482	90,8%
Intangível	44.405	0,9%	40.678	0,8%	37.726	0,9%
TOTAL DO ATIVO	4.977.222	100,0%	4.875.524	100,0%	4.410.468	100,0%

BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - R\$ MIL

PASSIVO E PL	2009	AV%	2010	AV%	2011	AV%
PASSIVO CIRCULANTE	403.205	8,1%	317.063	6,5%	351.398	8,0%
Obrigações sociais e trabalhistas	8.997	0,2%	9.758	0,2%	9.254	0,2%
Fornecedores	34.766	0,7%	34.425	0,7%	20.739	0,5%
Obrigações fiscais	14.752	0,3%	16.269	0,3%	23.077	0,5%
Empréstimos e financiamentos	128.340	2,6%	-	-	-	-
Debêntures	72.895	1,5%	91.082	1,9%	90.156	2,0%
Provisões	8.505	0,2%	7.276	0,1%	5.118	0,1%
Outras obrigações	134.950	2,7%	158.253	3,2%	203.054	4,6%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.254.651	25,2%	1.304.654	26,8%	1.233.805	28,0%
Empréstimos e financiamentos	362.530	7,3%	-	-	-	-
Debêntures	282.183	5,7%	746.104	15,3%	721.094	16,3%
Provisões para contingências	6.884	0,1%	8.128	0,2%	18.239	0,4%
Outras obrigações	603.054	12,1%	550.422	11,3%	494.472	11,2%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.319.366	66,7%	3.253.807	66,7%	2.825.265	64,1%
Capital social realizado	1.999.138	40,2%	1.999.138	41,0%	1.639.138	37,2%
Reserva de capital	98.763	2,0%	99.133	2,0%	99.330	2,3%
Reservas de lucros	54.376	1,1%	63.401	1,3%	71.863	1,6%
Ajustes de avaliação patrimonial	1.168.895	23,5%	1.092.135	22,4%	1.014.934	23,0%
Lucros / Prejuízos acumulados	(1.806)	(0,0%)	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO E PL	4.977.222	100,0%	4.875.524	100,0%	4.410.468	100,0%

RELATÓRIO ANUAL 2011

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - R\$ MIL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	2009	AV%	2010	AV%	2011	AV%
Receita de vendas e/ou serviços	780.274	285,2%	862.303	202,0%	958.003	179,8%
(-)Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(506.665)	(185,2%)	(435.349)	(102,0%)	(425.192)	(79,8%)
(=) Resultado Bruto	273.609	100,0%	426.954	100,0%	532.811	100,0%
(-) Despesas gerais e adm.	(55.488)	(20,3%)	(53.595)	(12,6%)	(56.817)	(10,7%)
(+) Outras receitas operacionais	7.476	2,7%	529	0,1%	795	0,1%
(-) Outras despesas operacionais	(9.135)	(3,3%)	(9.445)	(2,2%)	(10.950)	(2,1%)
(=) Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	216.462	79,1%	364.443	85,4%	465.839	87,4%
(+) Receitas Financeiras	59.439	21,7%	50.655	11,9%	39.515	7,4%
(-) Despesas Financeiras	(124.113)	(45,4%)	(153.438)	(35,9%)	(132.083)	(24,8%)
(=) Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	151.788	55,5%	261.660	61,3%	373.271	70,1%
IR e CS sobre o Lucro	(49.465)	(18,1%)	(81.155)	(19,0%)	(92.010)	(17,3%)
(=) Resultado Líq. Operações Continuadas	102.323	37,4%	180.505	42,3%	281.261	52,8%
Resultado Líq. Operações Descontinuadas	-	-	-	-	-	-
(=) Lucro/Prejuízo do período	102.323	37,4%	180.505	42,3%	281.261	52,8%

ANÁLISE DE DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Lucro líquido

Em 2011, a Companhia alcançou lucro líquido de R\$ 281.261 mil, elevação de 55,8% na comparação com 2010. Os principais fatores que contribuíram para esse desempenho foram o crescimento da receita operacional. Por outro lado, houve redução nas receitas financeiras em decorrência de menor volume aplicado. A Companhia destina 100% do lucro líquido ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, de acordo com seu Estatuto Social, após constituição da Reserva Legal.

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta do ano foi de R\$ 1.063.556 mil, o que representa crescimento de R\$ 98.643 mil, ou 10,2%, em relação ao período anterior, em virtude de maiores preços fixados na comercialização de contratos bilaterais. As vendas de energia nos contratos de leilões aumentaram R\$ 21.005 mil em relação a 2010, pelo reajuste dos preços. Como efeito da menor geração de energia, a receita nas operações provenientes do MRE apresentou queda de R\$ 14.163 mil (56,1%). No entanto, apesar da redução nos preços, houve aumento no volume de energia vendida no mercado Spot, cuja receita registrou incremento de R\$ 4.420 mil (14,2%).

Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional aumentaram R\$ 2.943 mil, ou 2,9% em relação a 2010. Esse aumento não corresponde ao mesmo acréscimo percentual obtido pela receita bruta em decorrência do mix de vendas dentro e fora do Estado de São Paulo.

Receita operacional líquida

Como resultado de todos esses fatores, a receita operacional líquida do exercício aumentou 11,1% na comparação com 2010 e alcançou R\$ 958.003 mil.

Despesas operacionais

As despesas operacionais totalizaram R\$ 492.164 mil, decréscimo de 1,1% em relação ao montante do ano anterior (R\$ 497.860 mil). O desempenho é devido, principalmente, aos seguintes fatores: reconhecimento, em 2010, da provisão adicional pela remensuração do montante necessário para a execução dos compromissos estabelecidos no Termo de Ajustamento de Conduta do Consórcio Intermunicipal da Bacia Capivara (TAC Cibacap), redução nas despesas de pessoal e na rubrica Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), compensados parcialmente pelo aumento nas provisões para contingências.

As despesas de pessoal foram reduzidas em 3,9%, no ano, principalmente em razão do programa de renovação das equipes e da diminuição dos pagamentos de indenizações. O dissídio de 2011 foi de 7,21%, determinado em acordo coletivo.

Os serviços de terceiros somaram R\$ 35.784 mil, o que representa queda de 15,3% em relação ao ano anterior, devido principalmente, ao reconhecimento, em 2010, da provisão adicional pela remensuração do montante necessário para a execução dos compromissos estabelecidos no TAC Cibacap. Essa rubrica inclui ainda despesas com consultoria e auditoria externa, manutenção e conservação de instalações, e serviços técnicos e de informática.

As despesas com Encargos de Uso da Rede Elétrica apresentaram aumento de 4,5% em relação ao exercício anterior, principalmente em razão do reajuste de 8,4% da tarifa Tust, em julho de 2011. Já a rubrica Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) somou R\$ 53.237 mil, diminuição de 6,2% em relação a 2010. O cálculo da compensação financeira é baseado na geração efetiva das usinas, que foi de 11.540.774 MWh, já descontando-se a parcela relativa à Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) para as usinas Canoas I e II, ou seja, 11,2% inferior aos 12.999.345 MWh gerados no período anterior. Houve aumento de 5,3% na Tarifa Atualizada de Referência (TAR), que passou de R\$ 64,69/MWh em 2010, para R\$ 68,34/MWh em 2011.

A variação na rubrica provisão para contingências é decorrente principalmente do aumento de provisões para contingências fiscais, compensado parcialmente pela redução em contingências trabalhistas.

Perfil da dívida Série Moeda Remuneração Vencimento 2011

Ebitda e margem Ebitda

O Ebitda (lucro antes dos impostos, juros, depreciação e amortização) da Companhia aumentou 16,2% em 2011, na comparação com 2010, em decorrência dos fatores mencionados.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro de 2011 melhorou em 9,9% comparativamente a 2010. As receitas financeiras totalizaram R\$ 39.515 mil, redução de 22% ante os R\$ 50.655 mil do ano anterior, principalmente devido ao menor volume de aplicações financeiras no período face à redução de capital. As despesas financeiras diminuíram 13,9%, especialmente, como efeito da queda do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) em 2011: 5,1%, comparativamente a 11,3% em 2010. Esse índice de preços é um dos principais indexadores da dívida da Companhia.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2011, a dívida bruta da Companhia totalizava R\$ 811.250 mil, redução de 3,1% em relação aos R\$ 837.186 mil do final do ano anterior, em consequência da amortização no período, compensada parcialmente pelo reajuste da dívida.

A dívida líquida – representada pelo endividamento, deduzidos os recursos em caixa e equivalentes de caixa – aumentou 76%, em especial pelo menor volume dos recursos em caixa e equivalentes de caixa ocasionado pela redução de capital de R\$ 360.000 mil ocorrida em janeiro de 2011.

Gráfico: Composição da Dívida (Valores em R\$ mil)

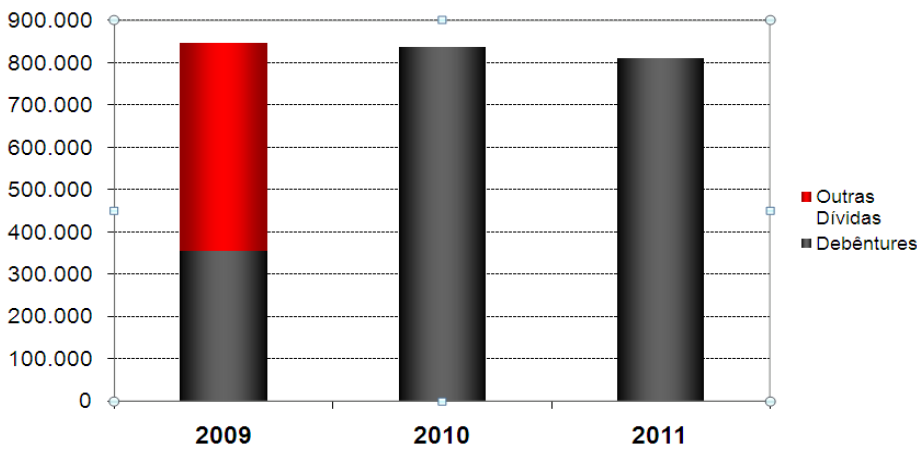
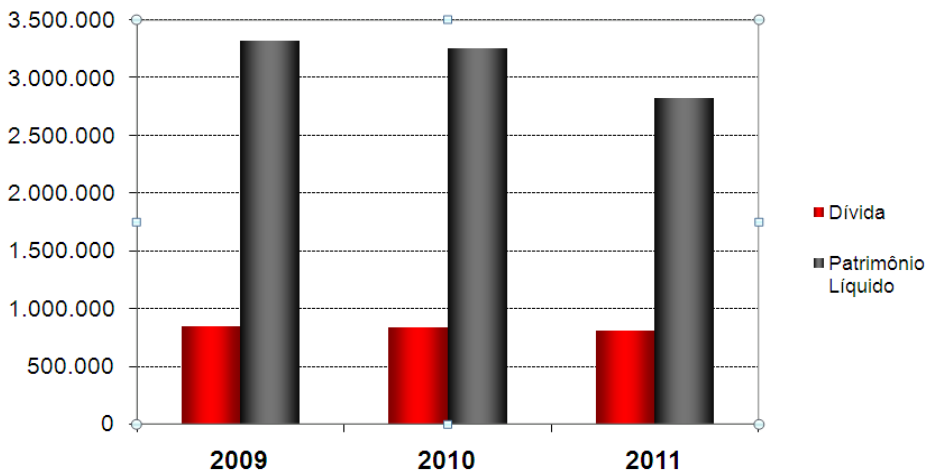


Gráfico: Dívida X PL (Valores em R\$ mil)



GARANTIA

As debêntures da presente Emissão são da espécie quirografária, não conferindo qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, nem especificando bens para garantir eventual execução.

PARECER

Não temos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve atualizado seu registro de companhia aberta perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários durante o exercício de 2011.

Após análise das demonstrações financeiras da Emissora auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, cujo parecer não apresentou ressalvas, no que diz respeito a capacidade de cumprimento de

suas obrigações, a Companhia encontra-se apta a honrar os compromissos decorrentes da Escritura de Emissão.

DECLARAÇÃO

Declaramos estar aptos e reafirmamos nosso interesse em permanecer no exercício da função de Agente Fiduciário dos Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 68, alínea “b” da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1.976 e no artigo 12, alínea “l”, da Instrução CVM 28 de 23 de novembro de 1.983.

São Paulo, abril de 2012.



“Este Relatório foi elaborado visando o cumprimento do disposto no artigo 68, § primeiro, alínea “b” da Lei nº 6407/76 e do artigo 12 da Instrução CVM nº 28 /83, com base nas informações prestadas pela Companhia Emissora. Os documentos legais e as informações técnicas que serviram para sua elaboração, encontram-se a disposição dos interessados para consulta na sede deste Agente Fiduciário”